



PROJETO DE LEI Nº 2.508, DE 2020

Ementa: Estabelece medidas de proteção para a mulher provedora de lar monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e dá outras providências.

EMENDA Nº

Art. 1º Acrescente-se no art. 2º do Substitutivo apresentado ao PL n. 2.508, de 2020, o art. 2º-C à Lei n. 13.982, de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 2º-C Será considerada beneficiária do auxílio a mulher vítima de violência doméstica desprovida de recursos para seu sustento em razão do afastamento da convivência familiar, próprio ou do agressor, sempre que o agressor não dispuser de condições de prestar alimentos provisórios ou provisionais.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A Câmara dos Deputados representa o meio pelo qual reverberam os anseios do povo brasileiro. Assim, cumprindo meu papel constitucional, vocalizo necessidade de parcela vulnerável de nossa população. Neste ímpar momento de nossa História, em que todos deveriam se irmanar para o enfrentamento da crise sanitária sem precedentes (COVID-19), observa-se triste fenômeno.



A violência doméstica e familiar contra a mulher tem se manifestado em índices alarmantes, não apenas no Brasil, mas em diversas outras localidades no estrangeiro, verbis:

"Para prevenir e combater a violência de gênero durante a pandemia, a ONU recomenda aos países aumentar o investimento em serviços online e em organizações da sociedade civil; garantir que os sistemas judiciais continuem processando os agressores; estabelecer sistemas de alerta de emergência em farmácias e mercados. Também recomenda declarar abrigos para vítimas de violência de gênero como serviços essenciais; criar maneiras seguras para as mulheres procurarem apoio, sem alertar seus agressores; evitar libertar prisioneiros condenados por violência contra mulheres; ampliar campanhas de conscientização pública, principalmente as voltadas para homens e meninos. (...) A combinação de tensões econômicas e sociais provocadas pela pandemia, bem como restrições ao movimento, aumentaram dramaticamente o número de mulheres e meninas que enfrentam abusos, em quase todos os países."¹

"O Ministério Público de São Paulo divulgou nota técnica que compara os números da violência doméstica durante o isolamento para combater a pandemia de coronavírus. O estudo foi realizado pelo Núcleo de Gênero da entidade e contempla os meses de fevereiro e março. O dado que mais chama atenção é o das prisões em flagrante por violência contra a mulher: aumento de 51% em

¹ <https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumentoda-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>, consulta em 22/04/2020.





março em comparação ao mês anterior. O número de medidas protetivas de urgência também aumentou 29% em março em relação a fevereiro. Os descumprimentos de medidas protetivas caíram durante a quarentena. E os pedidos de medidas preventivas de urgência, entretanto, registraram, de modo geral, um aumento.

O documento também aborda o problema da subnotificação dos casos de violência. Conforme o MP-SP, a tendência é que o isolamento gere uma queda nos registros de boletins de ocorrência em números absolutos que não correspondem a real diminuição da violência. Recentemente o Conselho Nacional de Justiça adotou medidas para combater o aumento de violência doméstica durante a pandemia e determinou que todos os tribunais do país divulguem seus canais de comunicação para denúncias de abusos.”²

No contexto, propõe-se a presente emenda, a fim de que seja positivada a necessidade de dar condições materiais de sobrevivência às vítimas. Assim, caso o agressor não possua condições de prestar os alimentos, a vítima, em situação de vulnerabilidade econômica, será considerada elegível para gozar de benefício emergencial fornecido pelo Poder Público.

Sala de Sessões, 02 de junho de 2020.

Deputado LÍDICE DA MATA
PSB/BA

² <https://www.conjur.com.br/2020-abr-14/prisoescasos-violencia-domestica-crescem-51>, consulta em 22/04/2020.





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Do Sr. Lídice da Mata)**

Estabelece medidas de proteção para a mulher provedora de lar monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD208579618900, nesta ordem:

- 1 Dep. Lídice da Mata (PSB/BA)
- 2 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) - LÍDER do PSB *-(p_7693)
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 4 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.